

Estoril Political Forum 2019
27th International Annual Meeting in Political Studies

The Transatlantic Alliance

Estoril Palace Hotel, 24-26 June 2019

Pedro Norton

Senhora Reitora da Universidade Católica Portuguesa, Professora Isabel Capelo Gil,

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Carreiras,

Senhor Diretor do IEP, Prof. João Carlos Espada,

Senhora Diretora do Estoril Political Forum, Professora Rita Seabra Brito

Minhas Senhoras, meus Senhores, Caros Amigos,

É com o habitual prazer que me associo, mais uma vez, a uma edição do Estoril Political Forum, este ano convenientemente celebrado, aliás, sob um céu tipicamente londrino. Já estávamos habituados ao olhar vigilante de Sir Winston Churchill. Faltava, de facto, um glorioso céu cinzento. Estou certo de que para o ano teremos um “proper London fog”.

Debruçamo-nos, nesta edição, sobre a relação transatlântica. Sobre o seu passado, sobre o seu futuro, sobre o que fica para trás e sobre o que nos reserva o futuro, num quadro político e geoestratégico que, naturalmente, já não era há muito o da guerra fria mas que, mais ameaçadoramente, parece também já não ser também o de uma comunhão perfeita de interesses e de valores entre velhos aliados.

Muito se tem dito e se tem escrito, de facto, sobre a súbita bifurcação de interesses que a presidência Trump veio significar para a Europa. Sobre o olhar eminentemente comercial com que o Presidente americano parece olhar a política externa. Sobre a forma como tem elevado a tentativa de eliminação dos défices das balanças comerciais entre os Estados Unidos e os seus vários parceiros, ao princípio norteador dessa mesma política.

Muito se tem refletido sobre os métodos eminentemente transacionais da administração Trump, sobre a sua consequente recusa da ordem multilateral, e sobre a retórica negocial bilateral que, lentamente, vai tornando obsoletos o léxico e os quadros mentais da diplomacia tradicional.

É aliás este olhar transacional que mais profundamente parece desarrumar a ordem global e, em particular o papel da Europa no Mundo. Aliado de sempre, o velho continente vê-se subitamente na posição de inimigo comercial dos Estados Unidos. No quadro mental da atual administração não parece aliás haver uma enorme diferença entre a China e a União Europeia. Os dois blocos são grandes geradores de deficits comerciais, os dois blocos são, simplisticamente, inimigos comerciais de uns EUA regressados à velha tentação protecionista. É aliás este prisma transacional que permite emprestar algum nexo a muitas das heterodoxas posições americanas em relação à Nato, ao Brexit ou até à extrema direita Europeia. A divisão da Europa por razões comerciais parece interessar aos Estados Unidos da mesma forma que a divisão da Europa interessa à Rússia de Putin por razões geoestratégicas.

A guinada, brutal, inesperada, obriga a Europa a repensar ela própria a aliança atlântica. Defendendo-a na esperança de que à conjuntura política sobreviva o interesse permanente que foi historicamente comum entre os dois blocos. Mas preparando-se para a probabilidade não negligenciável da trágica emergência de um Mundo pós-atlântico.

Mas se muito se tem escrito sobre a súbita divergência de interesses entre os dois velhos aliados, julgo que temos dedicado menos atenção às potenciais consequências de uma lenta divergência de valores políticos. Sobretudo se, como é provável, ao esfriamento de relações entre os dois lados do atlântico, vier somar-se uma rutura sísmica no seio da própria União Europeia com o abandono do Reino Unido.

É de facto sabido que, na longa história da construção dos regimes demoliberais, algumas tradições deram mais ênfase à componente democrática e outras à componente liberal dos nossos regimes políticos. Correndo o risco de uma simplificação excessiva, julgo poder afirmar que a tradição continental (maioritariamente de raiz francesa) tende a acentuar a componente democrática dos regimes demoliberais e a exaltar a soberania popular. Já a tradição de raiz inglesa (e americana) acentua a preocupação com a limitação dos poderes do Estado, exalta a importância dos direitos individuais prévios à constituição das sociedades

políticas, da separação de poderes, das constituições. A tradição inglesa e americana tende a sublinhar o valor da liberdade. A tradição continental tende a defender o valor da igualdade. Acontece que existe uma permanente tensão entre estes princípios democráticos e liberais. Nas suas versões extremadas (digam o que quiserem os franceses sobre a sua "Liberté Égalité, Fraternité") as duas tradições são mesmo incompatíveis. Já Hayek dizia, aliás, que *"uma das maiores questões a que a teoria política terá de dar uma resposta é a de encontrar uma linha de demarcação entre os campos em que os pontos de vista da maioria devem prevalecer e os campos em que os pontos de vista das minorias devem prevalecer"*.

Sem o contraponto liberal que a tradição anglo-americana sempre opôs aos arrebatamentos democráticos do velho continente a Europa fica naturalmente mais pobre. Mas fica sobretudo mais exposta a todos quantos, no seu seio, fazem deliberadamente por esquecer que aquilo a que, de forma convenientemente simplista, apelidamos democracia, é, na verdade, o casamento feliz de um recipiente utilíssimo (o processo democrático) com um conjunto de valores (liberais) que lhe dão conteúdo.

É de facto ao ideário liberal, não é à democracia, que vamos buscar os ideais da tolerância, da convivência, do pluralismo. É à ideia liberal que vamos buscar o pressuposto da dignidade inviolável da pessoa humana e é no liberalismo que se funda a ideia de que a regra democrática não é um valor absoluto e não pode justificar todos os abusos contra as minorias. Se a democracia nos ajuda a escolher quem governa, é ao pensamento liberal que recorreremos para definir a esfera individual e inviolável sobre a qual nem uma esmagadora maioria pode decidir. É a tradição o liberal que codifica os direitos inalienáveis e fundamentais. Assim como é o liberalismo que teoriza a separação de poderes, o estado de direito, a liberdade de imprensa. É, pois, ao pensamento liberal e à tradição política anglo-americana que devemos as regras e os valores que separam a democracia Tocqueviliana da democracia formal de Orban.

Seria, pois, verdadeiramente trágico se ao progressivo desalinhamento de interesses entre os dois lados do atlântico viesse a corresponder, no mais longo prazo, um lento desequilibrar das componentes democrática e liberal dos regimes políticos europeus e da própria União.

São razões de sobra para que nos empenhemos no resgatar de uma aliança que, muito mais do que de interesses, sempre foi uma aliança de valores.

